

TERMO DE REFERÊNCIA PARA O PROJETO DE INCENTIVO AO ACESSO À INFORMAÇÃO E À CONSCIÊNCIA CIDADÃ – OFICINAS PROJETO 2 – PDI – 2017

I. **Tema:** Incentivo ao Acesso à Informação e à Consciência Cidadã.

II. Compatibilidade com o Plano Estratégico:

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
Objetivo estratégico : CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	Todas as unidades
Meta de Longo Prazo 4.5: Garantir a adesão e a execução da integralidade dos projetos do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI) por 40 Prefeituras, até dezembro de 2021	Naíse Godoy
Indicador: 4.5: Percentual de adesão e execução dos projetos do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI).	Naíse Godoy
Meta de Curto Prazo: 4.5 – Garantir a adesão e a execução da integralidade dos projetos do PDI por 40 prefeituras, até dez de 2016.	Naíse Godoy
Iniciativa 4.5.2: Fomentar o exercício da cidadania e do controle social da gestão dos recursos públicos, incentivando o acesso à informação pública	Cassyra L Vuolo

III. Objetivos gerais:

- Estimular a participação ativa dos Conselhos de Políticas Públicas e Temáticos no processo de construção das políticas públicas do município.

IV. Objetivos específicos:

1. Capacitar os conselhos de políticas públicas para o exercício do controle social, fomentando sua interface com o controle institucional;
2. Estimular o protagonismo social e a existência do controle público da sociedade sobre o Estado;
3. Estimular a participação da sociedade nos diversos momentos de ampliação dos direitos sociais e de construção de políticas públicas;
4. Contribuir para elevar a interconectividade, potencializar as interfaces e os resultados do tripé Controle Social, Controle Interno e Controle Externo;
5. Incentivar a transparência ativa e passiva nos órgãos públicos ;

V. Público-alvo: Conselhos Municipais de Políticas Públicas e os Temáticos, representantes de entidades e instituições públicas e previstas, responsáveis pelos Projetos do PDI, Chefe do Poder Executivo, Poder Legislativo (Presidente da Câmara e Vereadores), Secretários, Controlador Interno, Ouvidor ou responsável pela transparência das informações municipais dos seguintes municípios: Água Boa, Alta Floresta, Cáceres, Campo Verde, Campos de Júlio, Chapada dos Guimarães, Confresa, Cuiabá, Diamantino, Itiquira, Jaciara, Juína, Juscimeira, Lucas do Rio Verde, Nortelândia, Primavera do Leste, Querência, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, Sapezal, Sinop, Tangará da Serra, Tapurah, Várzea Grande.

VI. Instituições Convidadas:

- Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Secretarias Municipais;
- AMM – Associação Mato Grossense dos Municípios;
- UCMMAT – União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso;
- Conselhos Estaduais / Municipais de Mato Grosso;
- UNDIME/MT – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação em Mato Grosso;
- UNCME/MT – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Mato Grosso;
- Representantes de instituições federais, estaduais e locais, órgãos, autarquias, fundações (EMPAER, APROSOJA, INTERMAT, CIRETRAN, Junta Comercial, INDEA, SEDRAF, SEDUC, Instituto de Previdência Municipal, Procon, Departamento de Água e Esgoto, IBGE, FUNAI, FUNASA, CORREIOS, INCRA, EMBRAPA, Agência Fazendária etc.);
- Veículos de comunicação: Televisão, Jornal, Rádio, Revistas e Sites;
- Representantes de instituições profissionais (OAB, CRA, CRO, CRC, CREA, CAU, CORECON, CRM, CRECI, CREFITO);
- Clube de Serviços (Maçonaria, Lions Club, Rotary Club);
- Associações, Fundações e Cooperativas Municipais;
- Dirigentes dos Clubes Recreativos e Associações Esportivas;
- Organizações Sociais;
- Sindicatos Municipais;
- Federações e outras Entidades (FAMATO, CDL/ACIR, SEBRAE, FIEMT, SESI, SENAI, SEST/SENAT);
- Instituições Militares;
- Diretores das Escolas Públicas e Privadas e Presidentes dos CDCEs;

VII. Autoridades convidadas:

- Ministério Público de Contas, Parceiros do TCE-MT, Juízes, Ministério Público e Defensoria Pública, dos municípios adesos.

VIII. Iniciativas:

- Realizar oficina com os Conselhos Municipais para identificação das demandas da sociedade em relação à políticas públicas;
- Inserir no planejamento estratégico as demandas identificadas pela sociedade como prioritárias;
- Estimular a inserção de demanda do CPP na LOA.

IX. Resultados esperados:

- Conselhos mais capacitados para acompanhar os resultados das políticas públicas;
- Conselhos atuando de forma propositiva na construção dos planos municipais;
- Maior diálogo e aproximação entre os representantes do controle social e o poder local;
- Efetividade do tripé do controle interno, controle externo e controle social;
- Participação dos Conselheiros Municipais de Políticas Públicas, nas Audiências Públicas do município.
- Maior transparência dos atos das Unidades Gestoras;

X. Indicadores:

- Percentual de demandas contempladas como diretrizes nos planos municipais;
- Número de conselhos participantes das oficinas;
- Número de conselheiros participantes nas oficinas;
- Número de participantes nas oficinas;
- Número de instituições e entidades públicas ou privadas participando das oficinas;
- Número de Parceiros do TCE-MT presentes nas oficinas;
- Percentual de participação em alguma reunião/evento/encontro para discussão dos planos da sua cidade (PPA,LDO,LOA, Plano Diretor, Plano Municipal de Saúde ou Educação, de desenvolvimento, etc.) – (Avaliação reativa das oficinas);

XI. Metas:

- Assegurar que 80% do total das demandas da sociedade sejam contempladas nos planos municipais (pode ser no Plano Estratégico) em 2017;
- Assegurar a participação dos conselhos nas oficinas em 70 % em 2017;

- Assegurar em 50% , a média geral, de participação de conselheiros nas oficinas em 2017;
- Manter em 30% a média de participantes em relação ao números de convidados em 2017;
- Elevar de 20% para 30% o percentual de conselheiros participando de alguma reunião/evento/encontro para discussão dos planos orçamentários reunião/evento/encontro para discussão dos planos da sua cidade (PPA,LDO,LOA, Plano Diretor, Plano Municipal de Saúde ou Educação, de desenvolvimento, etc.); (Avaliação reativa das oficinas);
- Elevar em 20% o percentual de conselheiros participando de alguma reunião/evento/encontro para discussão dos planos da sua cidade (o Plano Diretor, Plano Municipal de Saúde, o de Educação, o de Desenvolvimento etc); (Avaliação reativa das oficinas);
- Garantir 45% do número total de pessoas presentes nos eventos (em relação ao número de convidados);
- Manter em 100% a participação dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas nos oficinas;
- Aumentar para 50% a participação dos Conselheiros representantes da sociedade nas oficinas;
- Garantir a presença de até 3 parceiros diferentes nas oficinas realizados;
- Aumentar para 70% a presença dos representantes dos Projetos do PDI no município nos eventos;
- Manter em 35% o percentual de outras instituições presentes no evento.

XII. Metodologia:

Os atores principais das oficinas serão os Conselheiros Municipais de Políticas Públicas, que de forma interativa, sob a coordenação da SAI do TCE-MT indicarão as necessidades da sociedade da qual representam. Os trabalhos serão realizados em 4 momentos distintos:

1. **Contextualização teórica:** O TCE-MT apresenta os objetivos e resultados esperados;
2. **Apresentação do plano estratégico em elaboração no município:** O facilitador apresenta para conhecimento da sociedade o trabalho realizado pelo Poder Executivo.
3. **Grupos - Conselheiros:** Realização das Oficinas por áreas temáticas: os conselheiros serão divididos em grupos para discutirem a problemática local e levantar as principais necessidades/demandas sociais;
4. **Compartilhamento das necessidades por ordem de priorização:** Após o encerramento das discussões e priorização das 5 principais demandas, estas serão apresentadas em plenária.

Programação detalhada:

- Abertura (15 min)

- Representante do TCE-MT (6 min);
- Anfitrião (Prefeito ou representante) (3 min);
- Poder Legislativo (3 min);
- Representante dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas (3 min).

* Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado – PDI (Consciência Cidadã) (10 min) -

Naíse Campos Silva Freire

* Projeto de Incentivo ao Acesso à Informação e à Consciência Cidadã do PDI (10 min) - Cassyra L

Vuolo:

- Contextualização legal (o por que), Objetivos do projeto, Instituições envolvidas, Metodologia (o que é apenas duas frases; Presencial (apresentação do programa e a articulação com os conselhos para a participação na elaboração dos planos locais), EAD, Resultado esperado (entrar nos detalhes), resultado do diagnóstico da UFMT, cronograma do curso de capacitação da UFMT.

* Os Conselhos de Políticas Públicas enquanto instrumento de controle social e participação democrática (45 min) - Cassyra L Vuolo:

- Conselhos de Políticas Públicas: Instrumentos de Controle Social e Participação Democrática; A Construção Democrática no Brasil; Década de 80: Redescoberta da Sociedade; Cenário Político... Um Filme!; Cenário Legal; Cenário Social: Participação Popular, Participação Cidadã; O que as manifestações das ruas queriam?; Composição do Congresso Nacional (2015-2018); Controle Social: Fortalecimento da Cidadania, Não existe Democracia sem controle, Controle dos Recursos Públicos, Controle Institucional: quem controla quem; Grau de participação do público no processo decisório: Poder decisório da organização, participação no público das decisões; Controle Social; Dimensões do Controle Social: Dimensão Política, Dimensão Técnica, Dimensão Ética; Desafios para aprimorar o Controle Social; O Cidadão e o Controle Social; Instrumentos de Controle Social; Quais ações de Controle Social você realiza? Partipa, Vai, Frequentia, Acompanha, Recorre; Quando os indivíduos se recusam a participar das decisões sociais: Aceitando, Desconhecendo, Deixando, Enfraquecendo; Conselhos: Instrumentos de Controle Social; Questões relevantes relacionadas ao desenho institucional; Sobre a Trajetória Política; Impactos na Trajetória Política; Natureza Propositiva dos Conselhos; Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas; Leis Orçamentárias; Modelo de Planejamento Governamental; Monitoramento Participativo; O que vai aprender?; Oficina: Identificação das demandas da sociedade em relação às políticas públicas; Por que fazer a Oficina?; Pesquisa realizada em 2016; E como será a

oficina?;

Metodologia;

Oficina: Composição dos Grupos; Oficina: Orientações; Verbos para formular metas; Características das demandas priorizadas nos grupos; Demandas Inseridas nos Municípios ; Como pensar de forma transversal?; Mapa da Dependência; Informações do Município; Dados do Bolsa Família; Execução Orçamentária; Cumprimento dos Limites Constitucionais ; Transparência no Município; Transparência no Município; Demandas de Campo Verde; Curso de Extensão via EaD Campo Verde; Estímulo de envio das Audiências Públicas de Campo Verde; Inserção da relação dos Conselhos no Portal Transparência de Campo Verde; Inserções de Dados dos Conselhos de Campo Verde; Consolidando informações sobre os Conselhos de Campo Verde; Reflexão Final; Cultura do Controle Social: Cultura Reclamatória e Cultura Participativa; “Onde não há conselhos fracassam os projetos, mas com os muitosconselheiros há bom êxito”.

*** Palestra: O Planejamento Estratégico nos municípios e sua correlação com os Conselhos Municipais - (30 min) – Facilitador da Travessia**

- Dizer que está acontecendo um planejamento estratégico no município que está sendo construído, implantado e avaliado. Para completar o Plano Estratégico são necessárias as demandas sociais. Este é o produto dos conselhos, neste momento;
- Falar como podem e devem participar das ações do Plano Estratégico;
- Apresentar os números dos municípios já construídos / a situação atual das políticas públicas.
- Apresentar o Plano Estratégico – identidade institucional;
- Destacar o importante papel dos conselheiros em acompanhar a construção, a execução e os resultados dessas ações no seu município;
- Apresentar as dimensões e objetivos do Plano Estratégico;
- Correlacionar os objetivos dos conselhos existentes nas cidades (dar exemplos);
- Priorização das 5 primeiras necessidades da sociedade (a decisão deve ser coletiva);
- A reflexão final que se espera desta fala é que os participantes estejam envolvidos no processo de planejamento do município nas fases de elaboração, acompanhamento da execução e dos resultados alcançados.

*** Oficina com os Conselhos Municipais de Políticas Públicas:** Cassyra L Vuolo

1 - Formação de grupos* por área temática (10 min):

- 1. Proteção do Gênero Humano:** Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência e Juventude e Bolsa Família;
- 2. Educação:** Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, Esporte (Desporto), Cultura e Transporte Escolar;
- 3. Saúde:** Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Antidrogas e Segurança Pública;

4.

Desenvolvimento

Econômico: Desenvolvimento Econômico, Turismo, Economia Solidária, Trabalho, Emprego, Indústria, Comércio, Habitação, Transporte, Direito do Consumidor e Desenvolvimento Urbano.

5. Patrimônio da Humanidade: Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável.

2 - Trabalho nos grupos (60 min):

- Levantar as necessidades/demandas da sociedade nas suas respectivas áreas (30 min);
- Documentar as 05 necessidades/demandas com maior número de pontuação (15 min);
- Formalizar o documento final do grupo e entregar para digitação (15 min).

Nas palavras do professor Marcelo Novelino:

Os direitos fundamentais não surgiram simultaneamente, mas em períodos distintos conforme a demanda de cada época, tendo esta consagração progressiva e sequencial nos textos constitucionais dado origem à classificação em gerações. Como o surgimento de novas gerações não ocasionou a extinção das anteriores, há quem prefira o termo dimensão por não ter ocorrido uma sucessão desses direitos: atualmente todos eles coexistem.

Os **direitos fundamentais de primeira dimensão** são os ligados ao valor liberdade, são os direitos civis e políticos. São direitos individuais com caráter negativo por exigirem diretamente uma abstenção do Estado, seu principal destinatário.

Ligados ao valor igualdade, os **direitos fundamentais de segunda dimensão** são os direitos sociais, econômicos e culturais. São direitos de titularidade coletiva e com caráter positivo, pois exigem atuações do Estado.

Os **direitos fundamentais de terceira geração**, ligados ao valor fraternidade ou solidariedade, são os relacionados ao desenvolvimento ou progresso, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos, bem como ao direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e ao direito de comunicação. São direitos transindividuais, em rol exemplificativo, destinados à proteção do gênero humano.

Por fim, introduzidos no âmbito jurídico pela globalização política, os **direitos de quarta geração** compreendem os direitos à democracia, informação e pluralismo.

Fonte:

NOVELINO, Marcelo. *Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Método, 2009, 3º ed., 362/364.

3

Sistematizar as proposições:

- Digitação dos resultados dos grupos.

4 - Aplicação da avaliação reativa:

- Enquanto são digitados os resultados dos grupos, será aplicada a avaliação.

5 - Trabalho em plenária (25 min/5 min para cada):

- Apresentação por representante de grupo dos conselhos.

6 - Documentação do resultado das decisões (15 min):

- Leitura do documento final produzido para que todos os presentes possam assinar este documento e o resultado das decisões da sociedade que será encaminhada pelo facilitador ao Poder Executivo para ser considerado no realinhamento do Plano Estratégico e no PPA (enquanto se apresentam os resultados, o documento será impresso para o coleta das assinaturas).

7- Encerramento (10 min).

XIV

Programação

Geral – OFICINA MATUTINO

- 7h30 às 8h – Credenciamento;
- 8h às 8h15 – Abertura;
- 8h15 – 8h25 - Apresentação do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado – PDI e Projeto 2 - Incentivo ao Acesso à Informação e à Consciência Cidadã (Naise Campos Silva Freire);
- 8h30 – 11h30 – (Sala anexa) – Oficina de Transparência “A voz do cidadão na melhoria da gestão pública”;
- 8h30 às 9h20 - Conselhos de Políticas Públicas: Instrumento de Controle Social e Participação Democrática, Cassyra L Vuolo (Secretaria de Articulação Institucional e Desenvolvimento da Cidadania do TCE-MT e Coordenadora do Projeto 02);
- 9h20 às 9h50 - O Planejamento Estratégico nos municípios e sua correlação com os Conselhos Municipais (Elisabete Queiroz, Facilitadora do Planejamento Estratégico no PDI do TCE-MT);
- 9h50 às 10h - Formação de grupos por áreas temáticas: Proteção do Gênero Humano, Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico, Patrimônio da Humanidade.
- 10h às 11h20 - Trabalho nos grupos:
 - Levantar as necessidades da sociedade nas respectivas áreas (20 min);
 - Documentar as 05 necessidades com maior número de pontuação (20 min);
 - Formalizar o documento final do grupo e entregar para digitação (20 min);
- 11h20 às 11h40 - Sistematizar as proposições e aplicação da avaliação reativa;
- 11h40 às 11h50 - Trabalho em plenária;
- 11h50 às 12h - Documentação dos resultados das decisões;
- 12h - Encerramento

XV Programação Geral – OFICINA NOTURNA

- 17h30 às 18h – Credenciamento;
- 18h às 18h15 – Abertura;
- 18h15 – 18h25 - Apresentação do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado – PDI e Projeto 2 - Incentivo ao Acesso à Informação e à Consciência Cidadã (Naise Campos Silva Freire);
- 18h30 – 21h30 – (Sala anexa) – Oficina de Transparência “A voz do cidadão na melhoria da gestão pública”;
- 18h30 às 19h20 - Conselhos de Políticas Públicas: Instrumento de Controle Social e Participação Democrática, Cassyra L Vuolo (Secretaria de Articulação Institucional e Desenvolvimento da Cidadania do TCE-MT e Coordenadora do Projeto 02);
- 19h20 às 19h50 - O Planejamento Estratégico nos municípios e sua correlação com os Conselhos

Municipais

(Elisabete Queiroz,

Facilitadora do Planejamento Estratégico no PDI do TCE-MT);

- 19h50 às 20h - Formação de grupos por áreas temáticas: Proteção do Gênero Humano, Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico, Patrimônio da Humanidade.
- 20h às 21h20 - Trabalho nos grupos:
 - Levantar as necessidades da sociedade nas respectivas áreas (20 min);
 - Documentar as 05 necessidades com maior número de pontuação (20 min);
 - Formalizar o documento final do grupo e entregar para digitação (20 min);
- 21h20 às 21h40 - Sistematizar as proposições e aplicação da avaliação reativa;
- 21h40 às 21h50 - Trabalho em plenária;
- 21h50 às 22h - Documentação dos resultados das decisões;
- 22h – Encerramento

XVI Equipe:

- Secretaria de Articulação Institucional do TCE-MT (SAI) - Cassyra L Vuolo e Clenilda Poletto da Silva;
- Secretaria de Apoio às Unidades Gestoras (SAUG) - Naíse Godoy de Campos Silva Freire e Sinaila Paranhos Quida;
- Coordenadoria de Cerimonial – Tânia de Cássia Melo Bosaipo;
- Secretaria de Tecnologia da Informação (a definir)
- Facilitador da Travessia (Clélia ou /Elisabete);
- Transporte - (a definir).

XVII Material:

- **Material da Ouvidoria:** Folder Ouvidoria, Pendrive da Ouvidoria (Slide), Termo de Cessão de uso do Portal Transparência e Legislações Correlatas;
- **Material da SAI:**
 - *Banner da SAI:* Ferramentas de Controle sócia, Canais de Comunicação da Ouvidoria, Produtos da SAI, Seja Bem Vindo, O TCE mais perto de Você e GIBI.
 - **Material de Informática (SAI):** Data show, Passador de Slides, Canetas *Lasers*, *Notebook*, *Pen drive* com: Hino Nacional, filmes institucionais, GIBI, música ambiente;
 - **Material para pastas:** Pastas do Consciência Cidadã, Cartilhas do Consciência Cidadã, Teste de Controle Social, Folder PDI, Folder Ouvidoria, Avaliação Reativa, Ficha de Cadastro e Ficha de Perguntas;
 - **Canetas (para recolher);**

- Slides de abertura com regras do evento, com as palestras do evento;
- Pasta com material técnico relacionado ao assunto: Instrução Normativa nº 25/2012, institucionalização do Pdi, IN 14/14, alimentação escolar, classificação de irregularidades
- Material SAUG: Materiais de escritório: canetas, fita adesiva, cola, grampeador, grampo, clips, marca texto, régua, pasta de dedos, elásticos, tesoura, etc.
- Material da Comunicação: *Release* do evento.

XVIII Custos:

- 1 - Diárias – Anexo I;
- 2 - Adiantamento – Anexo II; (Tânia)
- 3 - Transporte – (van / avião) – Anexo III;
- 4 - Material – Anexo IV.

XIX Logística do evento:

- A operacionalização da oficina está descrita na Matriz de Responsabilidade, detalhada no Checklist. Todos estes documentos fazem parte da execução do evento. A seguir, a principal ação das partes diretamente envolvidas:

- 1 - Poder Executivo:** Definir o dia e local das oficinas, mobilizar o público-alvo e executar logística;
- 2 - TCE-MT:** Enviar convite eletrônico ao público-alvo, realizar as oficinas, consolidar a avaliação reativa e os indicadores e emitir o certificado eletrônico;
- 3 - Facilitadores:** Realizar a oficina nos termos da metodologia definida pelo TCE-MT.